

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE FORMACAO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS SOCIAIS

CURSO DE ESPECIALIZACAO EM
HISTORIA DO BRASIL

TITULO: Os Conflitos de Terra e as Areas
Irrigaveis no Sertao da Paraiba:
A Questao de Bonito de Santa Fé

LAURECY PENAFORTE VIEIRA

CAJAZEIRAS JANEIRO DE 1993

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE FORMACAO DE PROFESSORES
CURSO DE ESPECIALIZACAO EM
HISTORIA DO BRASIL

TITULO: Os Conflitos de Terra e as Areas
Irrigaveis no Sertao da Paraiba:
A Questao de Bonito de Santa Fe

AUTOR: Laurecy Penaforte Vieira

ORIENTADOR: Prof. Francisco das Chagas Amaro
da Silva

Dissertacao submetida a Coordenacao do Curso
de Especializacao em Historia do Brasil

Í N D I C E

Introdução.....	01
1 - A Concentração da Propriedade da Terra no Nor- deste.....	02
2 - A Indústria da Seca.....	09
3 - A Política Governamental de Combate as Secas....	15
3.1. A SUDENE.....	18
3.2. O PROTERRA.....	21
3.3. O POLONORDESTE.....	21
3.4. O PROJETO SERTANEJO.....	22
3.5. O PROHIDRO.....	24
3.6. O PPI.....	24
3.7. O PROJETO CANAAX.....	25
4 - Conflitos de Terra e as Áreas Irrigáveis no Semi- árido Paraibano: A Questão de Bonito de Santa Fé.	32
4.1. Pequeno Histórico dos Conflitos de Terra na Se- mi-árido Paraibano.....	35
4.1.1. O Conflito de Terra de três Irmãos em Pilões.	35
4.1.2. O Conflito de Terra de Riacho dos Cavalos....	37
4.1.3. A Questão de Bonito de Santa Fé.....	38
Considerações Finais.....	42
Notas Bibliográficas.....	45
Documentos e Bibliografia.....	48
Anexos.....	52

I N T R O D U Ç Ã O

O presente trabalho monográfico tem como objeto de estudo: Os Conflitos de Terra e as Áreas Irrigáveis no Sertão da Paraíba: A Questão de Bonito de Santa Fé. A ocorrência visível destes conflitos tem repercutido com certa intensidade no seio da sociedade paraibana, razão pela qual fomos impulsionados a buscar através deste estudo alguns elementos que pudessem contribuir nas discussões sobre o surgimento de tais fenômenos e restabelecer, com isso um pouco da história dos trabalhadores rurais no sertão da Paraíba.

A predominância dos conflitos especificamente nas áreas irrigáveis do semi-árido paraibano, suscitou-nos a pretensão de levantarmos algumas questões e algumas hipóteses que viessem revelar o significado da preferência dos conflitantes pelas faixas irrigáveis dos açudes e barragens construídos no semi-árido.

O questionamento que fazemos é: Por que será que os proprietários ou ex-proprietários e o próprio Estado não permitem a permanência dos trabalhadores nas áreas irrigáveis? Ou melhor, por que os conflitos de terra no sertão da Paraíba estão ocorrendo na sua maioria em áreas irrigáveis?

Na elaboração deste trabalho além de contactarmos parte da literatura já existente sobre: A Concentração da Terra no Nordeste, a Indústria da seca e a Política oficial de combate as secas que se encontram redigidos nos tópicos 1, 2, 3, buscamos também fazer vários levantamentos juntos a materiais jornalísticos, documentos e contatos com pessoas envolvidas ou que acompanharam os Conflitos de Terras. Juntando-se a esses dados já citados, foi feita também uma entrevista com um dos mentores do Projeto Canaã, o Doutor: José Silvino, Ex-secretário da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba e atual Prefeito de Itaporanga - Pb. O Projeto Canaã foi o responsável pela construção do açude de Bartomoleu I, onde se desenvolveu um dos conflitos integrantes deste trabalho.

1 - A Concentração da Propriedade da Terra no Nordeste

Qualquer estudo realizado hoje sobre questões ou conflitos de terras requer uma retrospectiva sobre a história da concentração da propriedade da terra.

A Concentração da Propriedade da Terra no Nordeste tem suas raízes no processo de desenvolvimento da economia colonial: Uma economia de caráter comercial e predominantemente exportadora baseada na grande exploração das la-

vouras canavieiras, algodozeiras, cafezeiras, e também na pecuária. A metrópole portuguesa impôs a concentração da terra com a distribuição de sesmarias aos seus aliados. Tal política expandiu ao longo dos anos, a concentração das terras nas mãos de uma minoria e a formação de uma multidão de despossuídos, elementos que constituíram os pilares fundamentais para que o Nordeste cumprisse o papel predeterminado como parte da colônia e depois como "reserva do exército industrial de reserva,"⁴ fornecedor de mão de obra para as regiões das indústrias.

A costa nordestina fora retalhada em grandes extensões de terras, de preferência às úmidas e férteis das várzeas, às cortadas por rios e riachos perenes e as próximas dos rios que desembocavam no Atlântico. Áreas propícias ao cultivo da cana para a produção do açúcar, um produto não abundante no mercado externo, foram presenteados aos apaniguados da coroa. Se a lavoura canavieira construiu a grande propriedade, a pecuária instalou outra forma de domínio da terra através da fazenda. Escamoteada do litoral, por ordem da Coroa, para o sertão, o gado vem desempenhar um papel fundamental na construção do espaço nordestino. O tipo de pecuária extensiva construiu grandes fazendas que exigia, três, quatro, cinco léguas e se desenvolviam ao longo das margens dos rios que cortam o Nordeste, geralmente onde havia água permanente. Nestas áreas, "homens poderosos e gananciosos como as famílias Garcia D'vila e Guedes de Brito formaram suas

enormes propriedades sertanejas, verdadeiros impérios à margem esquerda do rio São Francisco e grande parte do sertão de Pernambuco e Piauí".⁽²⁾ No sertão paraibano sesmaria foram doadas as margens do curso do Rio Piranhas e na Bacia do Rio do Peixe.

As condições desvantajosas da região semi-árida forçaram a dispersão das fazendas que se multiplicaram por toda região, pelos estados da Bahia e Pernambuco através do rio São Francisco, pelo rio Itapecuru atinge o Maranhão e do rio Moxotó e outros atingiram o Jaguaribe, o cariri cearense e depois o Piauí. Hoje a pecuária ainda é a grande riqueza do sertão e se estende por léguas pelo interior das caatingas. No agreste com a destruição dos quilombos e das tribos indígenas enormes sesmarias foram doadas para formação de grandes fazendas.

As lavouras cafeeiras e algodozeiras como produtos de exportação também desempenharam influências na formação da grande propriedade no Nordeste, ora conquistando novas terras ora substituindo os canaviais. Durante a guerra de Secessão nos Estados Unidos, o algodão alcança sua fase de magnificência se expandindo pelo agreste e sertão, "também vales açucareiros, como o da Paraíba do Norte, do Capibaribe Mirim, do Tracunhaém, do Sirigi, do Mundaú e do Paraíba do Meio tiveram suas matas devastadas e terras de canas ocupadas por algodoads."⁽²⁾ De fácil cultivo, poucas despesas e útil a

alimentação do gado, foi permitido plantá-lo em pequenas e médias fazendas. O café na segunda metade do século XIX se dando grandes áreas de brejo, nas encostas, e nos planaltos, devastando grandes áreas de matas nos brejos agrestinos. Expulsou para as terras arenosas e mais pobres, as pequenas e tradicionais lavouras de subsistência, destruiu as matas existentes e enriqueceu grandes proprietários.

Simultaneamente as transformações dos séculos XIX e XX ocorridos no seio da grande lavoura não só deixaram a estrutura agrária intocável como consolidaram ainda mais a concentração fundiária. O fim do sistema de sesmaria que proporcionaria o acesso à propriedade da terra se atrita com a Lei de Terra de 1850, um elemento jurídico para impedir tal acesso. Suas restrições, refletiam a ameaça que causava a idéia do trabalho livre, pois: mão de obra sendo escrava o latifúndio podia conviver com terras de acesso livre, mas quando a mão de obra se torna formalmente livre todas as terras tem que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada". (4)

Outro elemento fortalecedor da concentração fundiária é a política governamental de incentivo a grande produção, ela não só consolida a estrutura agrária vigente, como dispõe as inúmeras áreas, como as férteis e irrigáveis aos grupos econômicos ou as pessoas confiáveis a política oficial. Esse tipo de política com visão global das questões agrárias no Nordeste, sem levar em consideração as especifi-

idades do meio rural como é o caso dos: sem terras, arrendatários, posseiros, pequenos proprietários tem causado a expulsão e pauperização destes agentes rurais, como bem analisa Caio Prado Junior:

... "A utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população." (5)

O desenvolvimento das Usinas não só substituíram os engenhos banguês, mas passaram a controlar grandes áreas de terras e inúmeros engenhos e usinas menores, consolidando a concentração das terras e despertando interesses em grupos econômicos poderosos a investirem no setor e monopolizarem várias grandes usinas. Como é o caso de Ermirio de Moraes que ampliou capitais em usinas de açúcar em Pernambuco, construindo um verdadeiro império. (6) O incentivo mais recente a produção do álcool fez com que áreas ocupadas por produtos de subsistência fossem dizimadas para o cultivo da cana e destilarias no Nordeste. Outros grandes projetos agropecuários financiados pelo FINOR e estimulados pela SUDENE - Superintendência de desenvolvimento do Nordeste, visavam implantar grandes propriedades dedicadas a pecuária extensiva no Maranhão, Piauí e no Oeste da Bahia. As áreas onde são implantadas projetos de irrigação, os posseiros são expulsos e mal indenizados e após as áreas receberem as benfeitorias são

exploradas por sociedades anônimas do Sudeste e Nordeste para o cultivo de culturas comerciais fato notório em sobradinho, Esperança e Itaperica.

Os programas vantajosos de crédito rural dão acesso geralmente aos grandes proprietários. Em primeiro lugar, o crédito destina-se a compra de instrumento de produção de grande porte, de impossível uso pelo pequeno produtor, em segundo lugar, a burocracia e critérios bancários além dos juros impedem qualquer acesso do pequeno proprietário. A falta de uma política adequada a pequena propriedade, tem provocado o abandono ou a venda destas. É visível nos sertões do Nordeste a existência de casas fechadas e pequenas propriedades desertadas pelos seus donos.

Hoje dos 98.343.615 de hectares das terras que compõem o espaço nordestino apenas 19% é composto por minifúndios um total de 14.876.871 ha. enquanto que 74% é composto por latifúndios um total de 83.466.744 ha. (7) Essa concentração fundiária em benefício de uma minoria condena milhões de seres humanos a mais cruel existência e sem perspectiva. Sem terra alguma, a grande maioria busca no êxodo para os centros urbanos uma alternativa para si e suas famílias passando a vegetar nas periferias das grandes e até das pequenas cidades, submetidos a: violência, fome, falta de higiene, discriminações e as condições subhumanas de miséria profunda. O Relatório dos Conflitos de Terra no Brasil feito pela PAX CRISTI INTERNACIONAL, conclui que:

"a reduzida capacidade de integração urbana, quer em postos de trabalho, quer em infra-estrutura e serviços, retém na periferia das cidades essa multidão crescente de famílias rurais, que, não tendo do que viver, constituem bolsões de miséria e, muitas vezes, acabam favorecendo o surgimento de subprodutos potenciais de delinquência e crimes." (8)

É perceptível nesta primeira parte do trabalho que a grande propriedade ocupa sempre as terras mais favoráveis em qualidades naturais e localização. Verificamos o poder de controle das águas como elemento de valorização das terras, especialmente no semi-árido nordestino, onde os fazendeiros buscavam sempre às terras das margens dos cursos dos rios perenes para implantarem suas fazendas. E recentemente, às barragens públicas para projetos de irrigação vem sendo alvos das disputas entre os agentes sociais do meio rural nordestino, pela posse destas áreas. Este aspecto da relação entre água, terra e valorização será visto no tópico 4 deste trabalho quando serão analisados os conflitos de terra nas áreas irrigáveis no sertão da Paraíba.

Merece reflexão ainda, a amplitude e complexidade das relações de produção no meio rural nordestino, determinadas pela forma como se produz, pela concentração fundiária, "pelo desenvolvimento do capitalismo no campo" (9) e pelas políticas estatais, que geram não só as classes sociais com interesses antagônicos: Os donos das terras e os não pro-

prietários, mas também uma multiplicidade de trabalhadores rurais em diversas categorias. Os diversos tipos de grupos de trabalhadores rurais: 1º o pequeno proprietário. 2º os pequenos posseiros. 3º pequenos arrendatários e parceiros. 4º os empregados assalariados que se dividem em: a) assalariados temporários e b) assalariados permanentes, etc.

Essa multiplicidade de categorias de trabalhadores implica dizer que os conflitos também adquirem feições ou características diferentes. A luta dos trabalhadores rurais assalariados da zona da mata por melhores salários não pode ser confundida com a luta dos trabalhadores do açude do Bartolomeu I em Bonito de Santa Fé. A origem deste conflito está ligada à valorização das terras beneficiadas com a construção do açude, na medida em que o valor da terra aumenta, a tendência é o despertar dos interesses pela posse das terras da referida área.

2 - A Indústria da Seca

Para que se possa ter uma melhor compreensão dos conflitos de terras e as áreas irrigáveis é fundamental que se realize uma rápida reflexão sobre a questão da Seca e da "Indústria das Secas".

A seca é um problema que atinge a grande maioria dos trabalhadores do campo, especialmente, os pequenos proprietários e os sem terras, posseiros, arrendatários... Que baseiam suas atividades na lavoura de subsistência. A desorganização das atividades agrícolas provocadas pelas estiagens agrava a situação de misérias dessa parcela da população. Por outro lado, é inadmissível que se atribua às secas toda a responsabilidade pelo empobrecimento profundo do trabalhador rural do semi-árido. Esse empobrecimento absoluto está intimamente ligado a própria organização sócio-econômica e política, como a estrutura fundiária e a irregular distribuição das rendas, a seca apenas agrava uma situação já existente. Durante uma seca, os ricos, os grandes proprietários não ficam em situação tão precária, porque seus recursos são suficientes para prevení-los, ao passo em que, o trabalhador rural como já vive na miséria e só dispõe da prole constitui portanto a camada socialmente mais vulnerável às secas. Assim explicitam José Medeiros e Itamar de Sousa ao analisarem as secas no Nordeste:

"apesar de todas as mudanças ocorridas no Nordeste desde o início da Colonização até hoje, a terra continua concentrada nas mãos de poucos. Por isso, quando ocorre a seca os deserdados da terra, que constituem a maioria da população rural são as primeiras vítimas a sentir as crueldades da seca. E a ordem social persiste em não querer integrá-los ao processo de desenvolvimento."

A indústria da seca consiste justamente em atribuir as causas da miséria da população trabalhadora do semi-árido, única e exclusivamente ao fenômeno "seca" e camuflar as verdadeiras e mais profundas variantes causadoras constante do empobrecimento absoluto, como: a concentração da terra e da renda. Pois os ricos, mesmo com as secas, continuam bem e muitos até, ficam mais ricos, aproveitando-se dos benefícios das medidas governamentais de socorro aos flagelados pelos governos e das chamadas políticas de combate às secas.

A indústria da seca é muito antiga, em nome dos milhões de famintos do século XVIII, Pedro II, prometeu doar até seus ornatos de brilhantes de sua coroa, enquanto isso a política do Império em relação as secas não passara de míseras esmolas de trabalho, além de manter inquestionável a estrutura agrária na época e a escravidão por quase quatro séculos.

A indústria da seca, não se institucionalizou ao longo dos anos por ignorância dos políticos de ontem e de hoje, por não conhecerem as reais causas do empobrecimento do trabalhador rural. Ora, Antonio Conselheiro foi capaz de em 1874, em plena época imperial, de pregar suas idéias igualitárias e externar uma concepção, política invejável a de muitas concepções políticas da nossa época. Fundou Canudos em resposta a toda uma ordem dominante causadora de miséria e

opressão, uma comunidade igualitária",⁽¹⁰⁾ onde os "fiéis podiam construir os seus lares, sem se sujeitar aos caprichos das autoridades policiais, nem dos grandes proprietários de terra."⁽¹¹⁾

É evidente que a indústria da seca é uma maneira inteligente para se manter a estrutura agrária intacta obter dividendos econômicos e políticos e, acima de tudo preservar essa camada da população submissa, dependente e como reserva de mão de obra abundante e barata.

A dinâmica da Indústria da Seca continua bastante viva em nosso século, sob as mais diversas modalidades possíveis. A concepção de que o empobrecimento do trabalhador do semi-árido é exclusivamente das secas ou seja, da falta de água é que se estabeleceu a política de combate às secas, a tão conhecida "política das águas".⁽¹²⁾ E foi em nome dos milhões de flagelados que se criaram a IFOCS - Inspectoria Federal de Obras contra as Secas, depois o DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas, a SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e um verdadeiro festival de siglas de dezenas e dezenas de programas e projetos teoricamente muito bem elaborados no entanto, muitos se tornaram cúmplices das oligarquias agrárias e chefes políticos, e em nome das vítimas das secas tiveram suas propriedades mais valorizadas com os benefícios de infra-estrutura, como: barra-

gens, poços, açudes, irrigação e projetos agropecuários de grande porte em detrimento de uma parcela da população faminta que para garantir a sobrevivência de sua família vende a última coisa que lhe resta na vida, a força de trabalho, por um salário muitas vezes meramente insignificante, insuficiente até para mantê-lo de pé. João Medeiros Filho e Itamar de Sousa, retratam as ações da política estatal beneficiária dos grandes proprietários:

... "Vale salientar que desde a criação do IFPCS até 1968, os açudes públicos do Nordeste eram construídos predominantemente dentro das fazendas dos coronéis. A água acumulada atendia em primeiro lugar aos seus rebanhos e apainiguados e só posteriormente, por um ato de benevolência, é que ficava ao alcance dos camponeses necessitados". (13)

Marcel Bursztyn ao analisar as frentes de emergência com relação a preservação da estrutura agrária em prol dos mais beneficiados, os proprietários, afirma:

"Há uma tendência ao aumento do valor de mercado da terra, como resultado das obras de infra-estrutura efetivadas pelas 'frentes'. Isso implica que também a renda terra aumenta, o que significa que os não proprietários terão mais dificuldades de acesso à terra para produzir." (14)

Enquanto isso, no semi-árido muito pouco foi feito nas pequenas propriedades. Dos açudes e barragens construídas, muitos continuam na ociosidade, não há uma política de produção que incentive o pequeno produtor a cultivar produtos para o consumo da região, o que proporcionaria a utilização da mão de obra rural ociosa e a produção de alimentos

em abundância e baratos. Esta situação de não utilização dos recursos naturais já existentes, é muito comum no sertão da Paraíba, como: no açude de Lagoa do Arroz, Pilões, Riacho dos Cavalos, Coremas, Bartolomeu I... O que tem provocado conflitos de terra no sertão.

O que nos conduz a refletir sobre a seguinte questão: com que finalidade se constroem tais obras públicas e porque estes benefícios não são colocados a serviço dos atores sociais da região onde entre eles, predominam os pequenos proprietários, meeiros, assalariados temporários, parceiros,... Os mais atingidos com as secas?

A indústria da seca se manifesta ainda sob outras modalidades, como: os empregos desnecessários, dados a pessoas ligadas a políticos do sistema dominantes e administradores, inscrições de pessoas, que não necessitam em diversas frentes de emergência e o desvio do dinheiro público para a construção de edifícios sem utilidades. A construção dos açudes "sensoriais", aqueles que se desmancham com as primeiras chuvas e as campanhas como às de "Nordeste Urgente", promovidas pela Rede Globo e que até hoje não se sabe para onde foram os auxílios destinados aos vitimados pela secas.

3 - A Política Governamental de Combate as Secas

A política oficial de combate as secas, sempre foi, desde o início do atual século, prioritariamente orientada no sentido da construção de reservatório para acumulação de águas, numa concepção limitada de que a miséria no Nordeste se restringe unicamente a falta de água, como fraseou José Américo de Almeida, ao se referir a política das águas.

"A questão da água é tão vital para alguns povos, que suscitou, algures, uma "política hidráulica". (15)

No entanto há mais de oitenta e quatro anos de execução da política oficial levantamos duas questões cruciantes que nos incomodam atualmente e por considerá-las essenciais em qualquer estudo feito sobre a Política Governamental de Combate as Secas. Primeiro, por que será que apesar de tantos programas, órgãos projetos e obras construídas, a maior camada da população do semi-árido ainda convive profundamente com a miséria, a fome, a sede e a dependência? Segundo, e por que o flagelo da seca, ainda atinge a população mais carente nas mesmas dimensões de antigamente?

Com o objetivo de implementar a política hidráulica foi que surgiu IOCS - Inspectoria de obras contra as secas em 1909, a IFOCS em 1919 e o DNDCS em 1940. Todos politicamente orientados para a construção de barragens, açudes e

poços, que represassem água para os períodos de secas, visando a propiciar uma agricultura irrigada. Muitos desses poços, barragens e açudes foram construídos com a força de trabalho dos flagelados pelas secas, através das dramáticas frentes de trabalho nos "Campos de Concentração". "Criados para impedir o êxodo e a invasão das cidades." (14)

Embora reconhecendo a estrutura, edificada em termos de acumulação de água que marcaram as ações dos IOCS, IFOCS e depois do DNOCS com a construção de centenas e centenas de poços, bem como o sistema de açudagem nas quatro bacias principais: Sistema de Acarau - Ce, com mais de 15 açudes; Sistema do Jaguaribe - Ce, com mais de 19 açudes; Sistema do Alto Piranhas - Pb, com mais de 30 açudes; Sistema do Apodi-RN, com mais de 27 açudes e do Sistema do Baixo Açu - RN, sem dados. Incluindo inúmeras grandes barragens e açudes, entre eles, os mais visíveis em nossa região, como: Lima Campos dominando uma extensão de 10 mil hectares irrigáveis. Pílões com 13 milhões de metros cúbicos de água; Riacho dos Cavalos com 18 milhões; São Gonçalo com 45 milhões; Piranhas com 255 milhões; Orós com 2.100.000 m³; Coremas com 720.000 m³ de água e outros". (17) Além dos consideráveis postos agrícolas ou perímetros irrigados situados nas bacias dos açudes de São Gonçalo - Pb, e Lima Campos - Ce, que embora discorde dos métodos utilizados, entre eles alguns "critérios de seleção" e da relação existente entre a terra e o colono. (18) Temos que admitir que essas experiências, mesmo atingindo um

número reduzido de trabalhadores, tem demonstrado, com toda as precariedades, de que é possível se estabelecer no semi-árido a convivência com a seca. Porém, é inadmissível que com todo esse potencial hídrico não se tenha avançado muito em irrigação e que a grande parte dos mais atingidos pelas secas ainda continuem à margem destes benefícios.

Por outro lado: se levarmos em consideração a grande quantidade de açudes construídos nas propriedades privadas. A exemplo disso só no Rio Grande do Norte mais de vinte e cinco açudes particulares foram construídos em propriedades de chefes políticos e pessoas importantes.⁽¹⁹⁾ Uma demonstração de que a atuação do DNOCS teria se desvirtuado das ações públicas para as privadas criando assim um impecilho ao processo de irrigação em favor dos marginalizados do semi-árido. A propósito disso João Medeiros e Itamar comentam:

... "Que a maior parte dos açudes construídos pelo DNOCS foram localizados dentro dos latifúndios dos coronéis e chefes políticos. Diante do seu poder, o DNOCS era impotente para democratizar a água acumulada nos grandes reservatórios através de Projetos de Irrigação. Nem os latifundiários permitiam e nem tinham mentalidade para desenvolver a irrigação em benefício próprio".⁽²⁰⁾

Portanto, não houve um avanço considerável com relação a estrutura sócio-econômica no Nordeste. A respeito desta questão, Francisco de Oliveira avalia que o DNOCS teria sido capturado pelas ligarquias regional:

"O DNOCS dedicou-se, sobretudo, a construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca e a construí-las nas propriedades de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas, na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para implantação de pequenas "culturas de subsistência", de várzeas... "Após mais de 5-anos de atuação da IFPCS e do DNOCS a extensão da agricultura de irrigação no Nordeste, não passara modestos 5.000 hectares." (21)

3.1. A SUDENE:

A partir da década de 1950, as questões do Nordeste ganharam nova mentalidade, encarados como frutos dos desequilíbrios regionais. A região como um todo carecia de atenção especial. E inventaram a SUDENE. Sobre isso manifesta José de Souza Martins:

"Uma política regional de desenvolvimento baseado na industrialização deveria sustar e inverter o círculo vicioso da pobreza de uma agricultura monocultora e latifundiária. É assim que surge a SUDENE". (22)

Dentre as condições que nortearam a sua criação, existia a nível local, outras que demonstravam um clima de tensão que exigia mudanças profundas, como: as pressões políticas dos movimentos sociais: a notável atuação das Ligas Camponesas que manifestavam por todo Nordeste ações radicais ao estado de opressão e exploração em que estavam submetidos os marginalizados do campo. Os sindicatos rurais orientados pela Igreja Católica que nos anos 50 procura dar "seus primeiros mergulhos nos problemas dos homens esquecidos pelos homens: os miseráveis." (23) como afirma Francisco de Oliveira:...

... "as forças populares do Nordeste ainda não tinham conquistado as alavancas do poder econômico, mas caminhavam no sentido do controle político... Estavam impondo sua hegemonia cultural, se assim queremos chamar, ou sua ideologia, ao nível das instituições da super-estrutura. É no Nordeste que surgiram os chamados movimentos de Educação de bases... Cujas raízes consistia no abandono dos conceitos tradicionais de Educação formal e na tentativa de rejeitar a escola como instituição que reproduz as estruturas formais de dominação é no Nordeste que uma instituição como a Igreja Católica começa a tomar posição aberta pela Reforma Agrária". (24)

O "Nordeste atrasado" e com "movimentos subversivos" representava para as elites dominantes uma ameaça a "unidade nacional". E a SUDENE surge como um instrumento capaz de provocar mudanças, mas também com o intuito de evitar o "choque frontal", (25) isto é, frear os movimentos populares e, ao mesmo tempo, integrar de forma subordinada a estrutura econômica social do Nordeste à nova divisão do trabalho. (26)

A SUDENE passa a gerenciar e planejar a Nova Política oficial para a região, bem como, elaborar as políticas de combate as secas, conforme artigo 11 da Lei 3.692 de 15 de dezembro de 1959.

"Será elaborado pela SUDENE, com cooperação dos órgãos que atuam no Nordeste, um plano de emergência para combate aos efeitos da seca e socorro as populações atingidas, durante sua incidência, o qual será periodicamente revisado".

A SUDENE investe em dois tipos de atuação: uma atuação tradicional, para socorrer aos flagelados, utiliza os velhos métodos do DNOCS, às frentes de trabalhos para construção de reservatórios, oferecendo em troca da força de trabalho alimentos e míseros salários. Uma atuação moderna propunha uma nova estratégia de combate aos efeitos das secas. Consistia em criar uma modernizada infra-estrutura. Tenta modificar a estrutura econômica da região, para modernizá-la e colocá-la nos trilhos do desenvolvimento. Suas metas de acordo com o relatório do GTDN ' Grupo de Trabalho de Desenvolvimento para o Nordeste, apontavam: o incentivo à produção de alimentos para os centros urbanos, redistribuição de terras na zona da mata, assentamento de pequenos proprietários nas zonas férteis do Maranhão, introdução de novas culturas na área monocultora canavieira e até a realização de uma reforma agrária, nas áreas irrigáveis, vizinhas aos reservatórios e em parte dos latifúndios açucareiros.

O Regime Militar de 1964 freou as proposições da SUDENE. A visão da nova ordem dominante, era a de que, os esforços do desenvolvimento do País fossem voltados para o SUDESTE, onde havia uma estrutura montada e os investimentos tinham chances de retorno. A partir daí, até o final do regime militar, a SUDENE perde as atribuições de elaboradora e reduz a condição de repassadora de recursos para projetos já determinados pela Política Federal. As diretrizes dos programas de emergência voltaram-se para o privado. Surge uma série de programas e uma diversidade de projetos, como: O PROTERRA,

O POLONORDESTE, O SERTANEJO, O PPI, O PROHIDRO, O PROJETO CANAÃ na Paraíba, O Pe. Cícero, o São Vicente e outros.

3.2. O PROTERRA:

Criado em 1971 - Tinha como objetivos principais a redistribuição de terras e a modernização da agricultura. Seria implantado nas áreas de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão. Seu reduzido desempenho pode ser explicado entre outros motivos, interferência da burguesia agrária, no sentido de frear a reorganização fundiária".⁽²⁷⁾ Dos 296 imóveis adquiridos em 1972 a 1980, vinte e quatro apenas foram desapropriados.⁽²⁸⁾

3.3. O POLONORDESTE

Elaborado em 1974, objetivava promover o desenvolvimento e a modernização da agropecuária, além do apoio aos pequenos produtores. Sua atuação se daria através da criação de polos de desenvolvimento espalhados estrategicamente pela região. A partir da experiência vivida, os polos se ampliaram. Promoveria a agricultura comercial com o emprego de insumos modernos para elevação da produtividade. Tentava

frear a migração e assegurar o fornecimento de alimentos aos centros urbanos com a fixação do homem à terra e a modernização da economia. Chegou a implantar até 1980 quarenta e sete projetos, abrangendo 777 municípios.⁽²⁹⁾

Referindo-se a atuação do Proterra e do Polonordeste em pronunciamento ao Senado em 1979, o Senador Marcos Freire manifesta indignação:

"Ao lado dos projetos de irrigação que não foram implementados, outros programas, como o PROTERRA e o POLONORDESTE, ao invés de virem em favor dos pequenos e médios proprietários, foram infelizmente, águas do rio que correm para o oceano, porque levaram o dinheiro para aqueles que já tinham dinheiro. E os pequenos e médios agricultores, ficaram a ver navios, porque o POLONORDESTE e o PROTERRA foram apenas instrumentos de maior concentração de renda".⁽³⁰⁾

3.4. PROJETO SERTANEJO:

Criado em 1976. Era um programa especial de apoio ao desenvolvimento do semi-árido. O objetivo principal era interferir na zona semi-árida do Nordeste a fim de tornar a agricultura resistente às secas e explorar suas possibilidades de desenvolvimento.⁽³¹⁾ Sua atuação se daria nas regiões onde as precipitações pluviométricas anuais fossem baixas e irregularmente distribuídas e as secas incidissem frequentemente.

Teoricamente os beneficiários do P.S. Seriam os agricultores sem terra. Os pequenos proprietários. Os médios proprietários com áreas de até 500 ha. E os grandes proprietários, com áreas superiores a 500 ha. A estes últimos o Projeto exigia a alienação de parte do imóvel a ser repassado aos dois primeiros componentes. Formulação essa que se chocava com a estrutura fundiária. Os grandes proprietários jamais iriam conceber que parte de suas terras fossem cedidas aos sem terras.

Na prática, o P.S. Não diferiu muito da prática do DNDCS, baseou-se mais na construção de barragens, açudes, preparação de infra-estrutura para irrigação.

Implementou até 1980, 46 núcleos e programas a implantação de mais 30, entre eles, os 4 núcleos da Paraíba que seriam localizados em Cajazeiras, Serra Branca, Soledade e Pombal. (32)

A falta de recursos financeiros, os poucos investimentos destinados ao P.S. Só davam para arcas com as despesas burocráticas. Um dos fatores que proporcionou o seu fracasso. Assim confirma o Senador Marcos Freire em pronunciamento no Senado Federal em 1979:

O Sertanejo, menina dos olhos do Senador José Lins, este, coitado está engatinhando. A gente vai aos municípios do Interior do Nordeste, chega e encontra os técnicos, muitas vezes instalados num prédio, mas quem os procura,

infelizmente, vê que eles não tem às vezes nem papel para escrever e muito menos condições para atender aos agricultores que se dirigem aos responsáveis pelo Sertanejo. (22)

3.5. O PROHIDRO

Criado em 1979. Tinha como objetivo à construção de pequenos e médios açudes, perfuração, instalação e manutenção de poços tubulares, perenização de rios e a concessão de recursos financeiros aos Estados para compra de perfuratrizes. Implantou realizações bastantes positivas. "De 1980 a 1983 executou 58 projetos de perenização de rios, 84 açudes, 2.634 projetos de poços particulares, 1650 poços públicos. Além de vários sistemas de abastecimento de águas em cidades do interior nordestino." (24)

3.6. O PPI - Programa Plurianual de Irrigação. Divulgado em 1971, seria um outro instrumento, para modernizar a estrutura agrária do Nordeste. O ideal do PPI era implantar 20 mil hectares por ano de terras irrigadas. No decorrer de 14 anos de 1971 a 1985 conseguiu implantar 23.583 ha. irrigados. Daí por diante a crise econômica aniquilou com a atuação do PPI.

Ainda em 1983 a situação financeira desses projetos era motivo de contestação por parte da oposição:

"Eu cheguei, por exemplo, em Catolé do Rocha e verifiquei que há uma série de siglas: O PRO-TERRA, O POLONORDESTE, O PROJETO SERTANEJO, O PROHIDRO e o PROVÁRZEAS. Siglas nós temos demais, cada com seu custo administrativo, com seu escritório, com seus engenheiros, com seus funcionários. Mas não há dinheiro para financiar esses projetos." (25)

3.7. O PROJETO CANAÃ:

Teoricamente foi uma proposta elaborada com o objetivo de gerar emprego e renda para o homem do campo. Baseado no aproveitamento dos recursos naturais de águas e solo. Deveria se desenvolver através de seis metas:

- 1 - Estudo integrado dos recursos de solo e água.
- 2 - Construção de obras hídricas e perenização dos rios secos.
- 3 - Aproveitamento dos rios barrados de águas retidas em programas de irrigação de pequeno, médio e grande porte.
- 4 - Eletrificação rural.
- 5 - Aproveitamento das águas de uso múltiplo em abastecimento humano, na irrigação e piscicultura.
- 6 - Reflorestamento das áreas secas.

Áreas de atuação: Segundo o idealizador do Projeto, o Sr. José Silvino, engenheiro e ex-secretário de Recursos Hídricos, Canaã era um Projeto com ampla visão e

voltado para todo Estado, todo espaço onde houvesse dificuldade de vida na agricultura. Com a finalidade de respeitar a vocação agrícola das diversas áreas do espaço paraibano, este foi dividido de acordo com as bacias geográficas, em quatro bacias: Piranhas - abrangendo toda área da serra da Borborema para cá; bacia do Paraíba - região sul do Estado; bacia do curimataú e a bacia do Jacu no Curimataú e até as bacias do litoral, era necessário observar o futuro de João Pessoa e Campina Grande em abastecimento de água, onde se concentra a maior parte da massa humana da Paraíba.⁽²⁴⁾

As realizações do CANAÃ, segundo o Dr. José Silvino: Diante das limitações de recursos, que eram conseguidos do Orçamento do próprio Estado, de empréstimos externos e juntos a outros órgãos, como a SUDENE, o BNB. O Canaã, concentrou sua atuação no represamento e acumulação de águas, por considerar que dessa forma estaria assegurando uma certa forma de vida, como o abastecimento humano e a piscicultura. Construiu 42 barragens de médio e grande porte em propriedades particulares, entre elas, as duas grandes barragens de João Pessoa - a Gramame e Mamoaba de Saco de Nova Olinda feitas com tecnologia apurada, além de 2.000 poços e vários cimbões. Dez projetos de irrigação prontos a serem pagos pelo POLONORDESTE e mais 20 projetos em fase final de elaboração. Entre estes, o Projeto de São Bento com 250 hectares irrigáveis inaugurado hoje pelo governo Cunha Lima após sete anos de idealização. O Projeto mais promissor implantado foi o de

Gravatá, que compreende o uso da água de Nova Olinda, açude de Queimada de Santana de Garrote e outro que está sendo construído. Compondo assim três barragens que permitirá a irrigação de 2.000 hectares.

O Canaã proporcionou ainda um vasto conhecimento da Paraíba. Teve também participação nas discussões sobre o direcionamento do Projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para três Estados: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará.

Na Paraíba, o projeto compreendia a penetração de uma adutora em Conceição no Rio Piancó, que perenizaria o rio e durante os três meses do ano em que há excesso de água no Rio São Francisco, esta seria jogada para esse sistema. A água da Paraíba viria pelo Piancó de onde seria armazenada em Coremas, quando a represa estivesse baixa e desta forma a água transportada complementar o fornecimento do precioso líquido para as necessidades da Paraíba. Seria tirada uma adutora de Coremas para abastecer Patos, atravessando o ponto baixo da serra do Teixeira e derramaria num afluente do Rio Paraíba que serviria como suporte de água para João Pessoa e Campina Grande. Coremas deixaria de ser uma barragem de fato para exercer o papel de caixa de água a fornecer o líquido para as áreas de Sousa e Antenor Navarro onde se constata 40.000 ha. de terras irrigáveis. As grandes cidades teriam abastecimento garantido e os grandes espaços estariam atendidos com água destinada a irrigação. (97)

Quanto a política para com os degradados das terras, o Canaã não era bem defenida. Nas barragens conseguiu atender alguns minifundistas, criando uma adutora coletiva, noutros casos, a água era puxada por um só motor, cada beneficiário comprava sua bomba e irrigava o lote. Desta forma precária conseguiu irrigar apenas 4.000 ha.

A relação com os grandes proprietários era feita de forma engenhosa. Uma negociação era feita entre o Estado e os proprietários. Estes cediam as terras que ficavam submersas para o Estado. Era feita uma escritura legalizando a doação. O Estado assegurava aos proprietários o uso da água e uma pequena imposição de que estes não plantassem as margens dos açudes, vegetais que necessitassem de agrotóxicos. Só permitia o cultivo do capim e cana, dando prioridade a pecuária e afastando toda e qualquer possibilidade dos não proprietários de terem acesso a água e as terras irrigáveis.

Esta era uma das contradições do Projeto Canaã que se dizia gerador de empregos e renda ao homem do campo, no entanto como as barragens e açudes foram construídos nas propriedades particulares, é lógico que uns poucos proprietários foram beneficiados. Porque de fato as desapropriações não existiam, o que existia era um acordo camarada entre os donos das terras e o Estado, enquanto isso milhares de trabalhadores ficaram as margens dos benefícios do Canaã. Alegando

falta de recursos o Projeto não chegou a incrementar pequenos projetos de irrigação e construção de pequenos açudes para beneficiar os pequenos produtores: proprietários ou não.

Com o fim do governo, o Canaã foi incorporado ao POLONORDESTE, que teria assim um continuador, porém o novo governo desmotou a máquina administrativa que já vinha funcionando e isso prejudicou o andamento das obras e consequentemente o cancelamento dos investimentos.

Críticas à Política Oficial de Combate as Secas

Embora reconhecendo a importância dos estudos e pesquisas realizadas para o conhecimento da região semi-árida e do potencial hídrico que expressam os avanços obtidos, vale salientar que a nova política adotada mostrou-se incapaz de gerar a distribuição da renda e empregos aos que necessitam, o que vem contribuindo para que o drama humano multiseccular ainda se repita nas mesmas dimensões e que o Nordeste seja hoje uma região onde vegetam mais de 19 milhões de indigentes. É que a política oficial de combate as secas, em primeiro lugar, não conseguiu beneficiar consideravelmente a camada da população socialmente atingida pelas secas. E em segundo lugar, não foi capaz de aplicar uma política de produ-

ção agrícola nos espaços construídos e favoráveis do semi-árido que incorporasse especialmente os pequenos produtores: proprietários e não proprietários. A grande massa de camponeses, submetidos a uma qualidade de vida miserável, porém, os grandes responsáveis pela produção de alimentos e população local, como considera Celso Furtado:

"O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade em escala microeconômica, mas principalmente uma via de acesso as formas sociais mais aptas para estimular a criatividade humana e para responder às aspirações de uma coletividade."
(38)

A falta de recursos, atribuída como causa responsável pelo reduzido êxito na implantação de todos os projetos, demonstra o fato de que a irrigação não era prioritária ao desenvolvimento nacional. A falta de recursos se apresenta como forma de justificar o descaso dos governos federais com as questões do semi-árido, pois enquanto faltava dinheiro para o Nordeste investimentos vultosos eram feitos no programa nuclear, na ponte Rio-Niterói, na rodovia transamazônica, em Angra II e etc.

A formulação e aplicação dos Projetos de combate as secas apresentam aspectos que de certa forma atropelaram os objetivos planejados: 1º - a multiplicidade de pro-

jetos com o mesmo linguajar e finalidades provocava a divisão de recursos e despesas com vários aparelhos burocráticos. 2º - os projetos geralmente elaborados com a visão apenas dos técnicos sem a participação da sociedade, sem a visão do homem do campo, resultava em equívocos. Como é o caso do sistema de cisternas implantado pelo governo Burity na região de Bonito de Santa Fé a Itaporanga, Mas de 20 cisternas construídas com o objetivo de captar água das chuvas para o consumo familiar, hoje estão inutilizadas devido as irregularidades das chuvas não acumulam água, a estrutura como foram construídas facilita a penetração de insetos e o frágil material tem permitido a obstrução destas com o tempo. Segundo alguns agricultores de Itaporanga:

"O governo desperdiçou dinheiro com as cisternas, pra nós seria melhor os poços artesianos. Não perguntaram o que era melhor pra nós".

3º - A discontinuidade na execução dos projetos e das obras iniciadas. O jogo político irresponsável entre os que entram e os que saem emperra a continuidade das obras que são colocadas a revelia do poder público.

4º - Por fim, o choque dos projetos de modernização com a estrutura agrária vigente. A concepção retrógrada da maioria dos grandes proprietários e a falta de uma metodologia com demonstração de experiência bem sucedidas que contribuisse para a geração de uma nova mentalidade.

No entanto, o que os técnicos das políticas de modernização e de combate as secas, os governos e o próprio sistema dominante nunca imaginaram, é que um dia na história do Sertão da Paraíba, os excluídos destes benefícios públicos iriam reagir e lutar arduamente pelas áreas irrigáveis. As áreas irrigáveis e públicas no semi-árido paraibano abriram um precedente para que os rendeiros, posseiros, sem terras residentes nas periferias, encampassem a luta pela Reforma Agrária nas áreas circundantes aos reservatórios públicos. É o grito de centenas e centenas de injustiçados pela modernização na região das secas e da fome.

4 - Os Conflitos de Terras e as Áreas Irrigáveis no Semi-árido Paraibano: a questão de Bonito de Santa Fé

A história do Semi-árido paraibano sempre foi marcada por movimentos de protesto dos trabalhadores rurais, como as inevitáveis invasões e saques, que segundo Ariosvaldo Diniz era uma:

"Ação direta levada a efeito pelas populações rurais no sentido de exigir uma pronta resposta do Estado para o problema do alimento e trabalho nos períodos de estiagem prolongadas." (29)

Nos últimos anos surge uma nova forma de luta dos despossuídos do semi-árido com outras dimensões, passando da luta contra as secas, para as lutas contra as cercas concretizadas através dos assustadores Conflitos de Terras nas Áreas Irrigáveis, com a clareza de que a miséria extrema não se deve apenas a um fenômeno climático, mas tem suas raízes fincadas na estrutura agrária violenta, como bem afirma a popular Dona Raimunda, participante de conflito:

"A seca tem cara de herege, pior do que as secas são as cercas". (40)

Não é uma luta contra o grande latifúndio, elemento não muito predominante no semi-árido paraibano. É a luta contra a expropriação e exploração da política estatal de grandes distorções, contra a política de controle dos recursos hídricos. É a luta pela posse da terra e contra a expulsão dos trabalhadores sem terra das áreas irrigáveis. Com isso não estamos querendo rotular que os conflitos de terra sejam superiores aos saques ambos convivem lado a lado, um não invalida o outro, desempenham papéis importantes na história dos dominados do sertão, porém com características diferentes. Os saques são movimentos periódicos que ocorrem diante das catástrofes das secas e buscam soluções imediatas. Os conflitos são movimentos organizados, sistematizados que buscam soluções definitivas para os problemas da miséria, lutam pela posse das terras e melhores condições de trabalho no

campo. Tem caráter permanente, o conflito não termina com a conquista e posse das terras, continua no cotidiano, na luta por outras reivindicações, como: política agrícola, eletrificação, moradia... E na consciência coletiva, geralmente as áreas de conflitos são transformadas em comunidades que se organizam, orientadas e acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT.

É neste semi-árido paraibano de riquezas concentradas, de privilégios de uns poucos e misérias de muitos que a partir de 1986 começa a eclodir os Conflitos de Terras nas Áreas Irrigáveis. São evidentes hoje no nosso semi-árido várias áreas de conflitos. As mais destacadas são as áreas dos açudes de: Pilões nos municípios de São João do Rio do Peixe e Triunfo, Riacho dos Cavalos no município de Riacho dos Cavalos e o de Bartolomeu I em Bonito de Santa Fé.

A existência destes conflitos centrados nas áreas irrigáveis nos conduz a levantarmos as seguintes questões. Por que será que os proprietários ou ex-proprietários e o próprio Estado não permitem a permanência dos trabalhadores sem terra nas áreas irrigáveis? Ou melhor, por que os Conflitos de Terra no semi-árido paraibano estão ocorrendo especificamente nas áreas irrigáveis?

A nossa versão aproximada a estas questões está fundamentada no seguinte pressuposto: é que a disseminação das obras de açudagem transformaram as bacias secas em áreas

possíveis de irrigação, em áreas favoráveis a produção, ocorrendo portanto, a valorização das terras.

4.1 - PEQUENO HISTÓRICO DOS CONFLITOS DE TERRAS NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO:

Antes de entrarmos diretamente no estudo da questão do açude do Bartolomeu I em Bonito de Santa Fé, cumprimos fazer um pequeno histórico de alguns conflitos ocorridos no semi-árido paraibano. Começamos então pelo conflito de três irmãos no município de Pilões.

4.1.1 - O Conflito de Três Irmãos no Açude de Pilões.

Com 13 milhões de metros cúbicos de água, 584 hectares de terras submessas e 6.297 hectares de faixas irrigáveis,⁴¹ a área da bacia do açude de Pilões desde a sua origem foi alvo de disputas. Com a conclusão do açude 3.019 hectares de faixas irrigáveis foram repassadas a 154 rendeiros. Os outros 3.108 ha. ficaram na responsabilidade do DNOCS, que não teve o mínimo interesse de incrementar uma política que incorporasse os sem terra da região, passando com o decorrer dos anos a citada área a ser invadida e disputada até por pessoas alheias e sem necessidade e que já possuíam

terras em outras localidades. Entre elas alguns políticos e grileiros que se dizendo donos das terras exploravam os trabalhadores com a cobrança da renda. Na década de 70, o administrador do DNOCS, Manuel Sampaio resolve dividir alguns hectares e doar aos sem terra nas áreas dos posseiros de luxo. Foi vítima de uma emboscada e abandonou seu intento de Reforma Agrária.

Frequentes reações dos rendeiros contra seus administradores são registradas, devido as rotineiras expulsões destes para que suas plantações sirvam de pastagens para o gado.

Os conflitos mais acirrados com o Estado e os supostos donos aflora no dia 03 de julho de 1991 quando surge o Conflito de Terra de Três Irmãos, um pequeno sítio localizado na bacia de Pilões. Trinta e seis famílias acamparam no sítio na tentativa de conquistarem um pedaço de terra para produzirem o sustento. A área invadida pertencia a dois supostos donos que nem sequer as cultivava. Conquistaram uma pequena parte das terras no dia 26 de outubro de 1991, onde estão produzindo e se organizando para futuras lutas.

A luta pela posse da terra em Pilões demonstra uma forte reação contra a condição de rendeiro, revolta expressa nas palavras de José Lisboa um dos líderes do grupo: "pagar renda do próprio trabalho ao dono da terra é uma injustiça social."

4.1.2 - Conflito de Terra de Riacho dos Cavalos:

O açude do Riacho dos Cavalos foi construído em 1932. Com a construção da obra, as 60 famílias que moravam ao redor da área foram despejadas. Em 1960, as áreas foram entregues a EMEPA - Empresa Experimental Agropecuária do Estado da Paraíba, que se ocupou no plantio do capim e criação do gado confinado. Segundo denúncias dos líderes do movimento, "a empresa não traz nenhum benefício aos trabalhadores sem terra, pois os bois gordos são vendidos em leilões e festivais aos grandes fazendeiros."⁽⁴²⁾ Uma prova de que enquanto a população padece de fome, imensas áreas de terras públicas vivem ociosas ou a serviço de alguns apaniguados, sem produzirem alimentos, servindo para engordar gado para fazendeiros.

A partir de 1986, os sem terra, em número de 160 famílias iniciaram o conflito pelas terras conquistando boa parte delas. A luta nessa área continuou ao longo dos anos por mais terras e pela legalização das conquistadas. Por constatarem que mais da metade da fazenda experimental estava coberta pela jurema decidiram ocupá-la novamente. Conquistaram mais 22 lotes de terras, organizaram uma associação e ampliaram a produção.

Em 1990 a luta continuou desta vez pelas áreas de vazante que estavam cobertas pelo mato, 126 famílias montaram um acampamento por cinquenta dias submetidos a insegurança e as piores opressões: prisões de cinco trabalhadores e todos os instrumentos de trabalho, exigência do pagamento de fiança, destruição das plantações pelos tratores da EMEPA. Porém com muita resistência conquistaram autorização legal para o uso das áreas de vazantes, mediante um acordo documentado no dia 06 de julho de 1990, pelos representantes da EMEPA, FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura e pela Associação dos pequenos posseiros de Riacho dos Cavalos. Nas vazantes, neste mesmo ano produziram 700 sacos de milho e feijão, quatro toneladas de batatas e outro tanto de outras lavouras. (43)

Continuavam lutando e a exigir que, os atuais governos apliquem o Artigo 5, Inciso XXIII, da Constituição Federal:

"A propriedade atenderá a sua função social."
(44)

4.1.3 - A Questão de Bonito de Santa Fé:

Construído em 1986 pelo PROJETO CANAÃ, o Bartomoleu I teve uma área de 322,5 hectares de terras desapropriadas e indenizadas aos seus antigos donos, segundo certidão expedida pelo cartório da cidade. Em 1988 as 15 famílias que residiam na área, revoltados por ainda continuarem pagan-

do renda aos supostos donos resolveram se organizar, arregimentaram mais dez famílias residentes na periferia da cidade e ampliaram o grupo para 25 famílias com o objetivo de lutarem pelos seus direitos, a posse das terras. Buscaram de início o diálogo com o governo do Estado, a FUNDAP - Fundação de Desenvolvimento Agrário da Paraíba, o INCRA e FETAG, que nada fizeram de imediato. Exausto do diálogo e da inoperância dos órgãos oficiais decidiram por outros mecanismos de luta: A negação da renda e acampar na parte ociosa da área. Foram expulsos pela polícia por força de uma liminar concedida pela justiça conivente com os ex-proprietários e os membros da CPT, tiveram prisão preventiva decretada e proibidos de entrarem na área.

Em 02 de setembro de 1989. Retomam novamente a área e pela 4ª vez são expulsos, revoltados por serem expulsos das terras onde por 20 anos trabalharam; passaram a ocupar os prédios públicos da cidade: Prefeitura, Câmara de Vereadores sendo expulsos no mesmo dia. Apoiados pela CPT, movimentos pastorais e o Partido dos Trabalhadores da região realizaram no dia 10 de setembro de 1989 um ato público em repúdio as violências e as injustiças cometidas pelos ex-proprietários. Decidiram no mesmo dia transferir o acampamento para o INCRA em João Pessoa com o objetivo de pressionar os órgãos oficiais responsáveis pela questão e as autoridades para executarem a demarcação das terras e a suspensão da liminar em favor dos ex-proprietários. A burocracia e o desin-

teresse dos órgãos oficiais e das autoridades forçaram os trabalhadores a permanecerem três meses acampados na sede do INCRA. Até que após uma negociação com a presença do Arcebispo Dom José Maria Pires, polícia, os agricultores e o Presidente da FUNDAP, firmaram um acordo de entrarem em contato com o governo do Estado para agilizar a demarcação das terras e a suspensão da liminar, o que foi executado e o conflito atenuado após três meses de lutas constantes. Com a demarcação das terras e o direito de permanecerem na área os trabalhadores regressaram. Hoje realizam na área um trabalho de produção coletiva e continuam organizados em defesa da terra, do direito a vida e a liberdade.

A guisa de conclusão destacamos alguns aspectos que julgamos interessantes nos Conflitos de Terra no Semi-árido Paraibano. Constatamos de início que:

Todos os conflitos ocorrem nas áreas irrigáveis. Não queremos descartar aqui outros elementos que possibilitariam a existência de tais conflitos. Porém com o relato dos fatos percebe-se que, as terras antes da construção das obras de açudagens não tinham tanta importância, principalmente para os proprietários que até se desfizeram delas vendendo-as ou cedendo-as para o Estado. Após a existência das obras, surgem as disputas pelas terras, numa demonstração de que estas ao se tornarem possíveis de irrigação e mais apropriadas a produção e conseqüentemente a obtenção de maior renda, passaram portanto, e, é lógico por um processo de va-

lorização. José de Sousa Martins ao se referir a valorização das terras motivos dos conflitos de terra em Minas Gerais, considera:

"A valorização é concretamente o aparecimento de renda territorial onde ela não existia." (45)

K.HAUTSKY, reafirma: "o lucro extraordinário na agricultura resulta da fertilidade dos solos." (56) No semi-árido o elemento água é vital para a fertilidade dos solos.

O controle dessas faixas de áreas irrigáveis pelos ex-proprietários e pelos grileiros deve-se ao fato de que estes agora buscam adquirir o direito de extrair das áreas valorizadas a renda territorial, uma renda que antes era dificultada pela escassez de água e da precariedade do solo. É interessante também para os ex-proprietários e grileiros manterem o monopólio das áreas irrigáveis e valorizadas para implantação de projetos mais lucrativos, do que obter a simples renda em produto através da meia, terça, quarta, relações de produção, muito comum no semi-árido, razão pela qual os rendeiros são expulsos das áreas irrigáveis. Fato notório hoje em Bonito de Santa Fé, onde um dos ex-proprietários mantém um projeto de produção de cenoura que é exportada para Campina Grande. Atitude essa que não se restringe apenas aos ex-proprietários mas também ao próprio Estado através da atuação da EMEPA em Riacho dos Cavalos, onde as áreas irrigá-

veis na sua totalidade eram destinadas a plantação do capim e a criação do gado confinado para exportação. Em Pilões por diversas vezes, os posseiros eram expulsos para que as suas plantações fossem utilizadas como pastagens para o gado dos administradores. Ao se referir aos conflitos de terras no Nordeste, Marcel Bursztyn considera que:

"Os conflitos no Nordeste tem como origem frequentemente, a valorização de terras que são direta ou indiretamente beneficiadas pelos mecanismos de modernização implantadas pelo Estado."

• CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente estudo gostaríamos de fazer algumas reflexões.

A política de desenvolvimento e Modernização e as políticas oficiais de combate as secas implantadas no meio rural, teoricamente voltadas no sentido de romper com a estrutura agrária e com as relações arcaicas de produção existentes na agricultura e com o estado de miséria absoluta, nos centros urbanos e no campo, não foram capazes de estabelecer consideravelmente tais mudanças. Hoje, o empobrecimento no meio rural e nas periferias das cidades é notoriamente estarecedor. O problema da seca é tão violento quanto antes, o êxodo rural, a migração para os grandes centros e as desi-

gualdades sociais são bem mais profundas. Se as mudanças não ocorreram, quem é o responsável pela permanência desta realidade? Senão ao modelo econômico capitalista, produtor de riquezas de poucos e misérias de muitos?

A política governamental de combate as secas baseada em programas e projetos, muitas vezes apoiados em visões puramente tecnicistas que se sobrepõem a realidade, não gera uma política de pequenos projetos de produção nas áreas irrigáveis que pudessem absorver boa parte dos que hoje se encontram, às margens dos processos de modernização e das políticas oficiais, que têm se voltado consideravelmente para uns poucos beneficiários entre estes, os proprietários e aliados dos governos.

No entanto, a política de combate as secas baseada na disseminação de obras de açudagem e irrigação, provocaram a valorização das terras no semi-árido paraibano despertando nos atores sociais as disputas e conflitos nas áreas irrigáveis. De um lado: os ex-proprietários reagindo pela garantia do controle das áreas irrigáveis, com o intuito de produzirem de acordo com os seus interesses. Do outro lado: os sem terra, posseiros e rendeiros, lutando de forma organizada pela posse das terras e contra o monopólio dos recursos hídricos, onde poderiam produzir para o sustento de suas famílias. No caso do açude do Bartolomeu I, tal conflito não estava nos planos daqueles que idealizaram a citada obra. Po-

rém, os conflitos, são sinais de esperança para os trabalhadores marginalizados, que sempre foram objetos dos projetos dos outros e silenciados por longos anos. Os conflitos mesmo englobando um número ainda reduzido de trabalhadores em relação a grande massa ainda muito dispersa, mesmo assim, significam uma nova perspectiva a de que os excluídos possam se transformar através da luta e da resistência em agentes de sua própria história. Neste sentido destacamos como positiva a luta dos trabalhadores sem terra da área de conflito do Bartolomeu I. Se porventura todos os objetivos não foram atingidos, mas com certeza, essa luta foi capaz de mostrar que com a união e a organização dos oprimidos, as transformações sociais seguramente irão acontecer.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 - OLIVEIRA, Francisco de, Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste Planejamento e Conflitos de Classe, 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p.37.
- 02 - ANDRADE, Manuel Correia. A Terra e o Homem no Nordeste. 5ª ed. São Paulo - Atlas - São Paulo. 1986. p. 147.
- 03 - ANDRADE, Manuel Correia, opus cit., p. 126
- 04 - SILVA, José Graziano da. O que é Questão Agrária. 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 25
- 05 - JUNIOR, Caio Prado. A Questão Agrária, 4ª ed., Editora São Paulo, Brasiliense - p. 49.
06. ANDRADE, Manuel Correia. opus cit., p. 97
- 07 - Grupo de Trabalho de Política Agrária, em colaboração com o Departamento de publicação da Associação Brasileira de Reforma Agrária Cartilha do PT - p.9.
- 08 - PAY CHRISTI INTERNACIONAL, Conflitos de Terra no Brasil, 1988, ANVERS, Bélgica p. 16
- 09 - BASTOS, Elide Rugai, A Mobilização Camponesa do Nordeste. In: TAVARES, José V. (Org.) Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo, Cone. 1985. p. 263
- 10 - MORIZ, Edmundo, Camudos: A luta pela terra, 5ª ed. São Paulo, Global, 1986. p. 26
- 11 - MORIZ, Edmundo, opus cit., p. 49.
- 12 - FILHO, José Medeiros e SOUZA, Itamar, A Seca do Nordeste. Petrópolis-RJ Vozes, 1988 p. 31

- 13 - FILHO, José Medeiros e SOUZA, Itamar. opus cit., p. 39-40
- 14 - BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos, 2ª ed. Petrópolis-RJ Vozes, 1988, p. 26
- 15 - ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus Problemas, 3ª ed. João Pessoa, União, 1980 p. 377
- 16 - DINIZ, Ariosvaldo da Silva, Movimentos Sociais no Meio Rural Nordeste: A Questão dos Saques. Mimeografado p. 102
- 17 - *Arquivo José Américo de*
 (Dados Colhidos em) O Ciclo Revolucionário do Ministério da Aviação. Fundação Guimarães Duque. Coleção Mossoroense vol. CLXXVIII, 1982 p. 165-166-178-179.
- 18 - BURSZTYN, Marcel opus cit., p. 81, 82
- 19 - FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar, opus cit., p. 41, 42, 43
- 20 - Idem. Ibidem, p. 52
- 21 - OLIVEIRA, Francisco, opus cit., p. 54
- 22 - MARTINS, José de Souza, Os Camponeses e a Política no Brasil, 2ª ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 1983 p. 77
- 23 - CARTRO, Marcos de. 64: Conflitos Igreja X Estado. Petrópolis-RJ, Vozes, 1984 -p. 73.
- 24 - OLIVEIRA, Francisco de. opus cit., p. 112
- 25 - Idem, Ibidem, p. 25
- 26 - BURSZTYN, Marcel. opus cit., p. 25
- 27 - FILHO, José Medeiros e SOUZA, Itamar, opus cit., p. 99
- 28 - JATOBÁ, Jorge. Política de Emprego para o Nordeste. Recife, Massagana, 1985. P. 351

- 29 - JATOBÁ, Jorge. opus cit., p. 377
- 30 - FREIRE, Marcos. Em defesa do Homem e do Meio. II Vol. Brasília, Gráfico do Senado Federal, 1980. p. 149
- 31 - Programa Anual de Trabalho - 1980 - Projeto Sertanejo. Ministério do Interior - SUDENE p. 8
- 32 - Programa Anual de Trabalho. Projeto Sertanejo. P. 24
- 33 - FREIRE, Marcos, opus cit., p. 149
- 34 - FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar -opus cit., p. 108, 109
- 35 - LUCENA, Humberto. O Desafio das Oposições, II - Brasília Gráfico do Senado Federal, 1984 - p. 339
- 36 - Informações obtidas numa entrevista com o Dr. José Silvino. Ex-Secretário de Recursos Hídricos do Governo do Estado da Paraíba
- 37 - Entrevista com Dr. José Silvino.
- 38 - FURTADO, Celso. Nordeste: O Tempo Perdido. In: Ciência Hoje. Revista vol. 3 18/maio/junho/1985 p.21
- 39 - DINIZ, Ariosvaldo. Opus cit., p. 96
- 40 - JORNAL na Base no Nordeste, nº 03. dezembro - 1990 - janeiro - 1991 p. 2
- 41 - Informações obtidas junto a CPT
- 42 - Nota a imprensa e a comunidade em geral expedida pelos trabalhadores em 06 de julho de 1991
- 43 - Nota a imprensa expedida pelos trabalhadores - em 06 de julho de 1991.
- 44 - BRASIL, Constituição - 1988 - Constituição: Republica Federativa do Brasil p. 7

- 45 - MARTINS, José de Souza, opus cit., p. 79
46 - KAUTSKY, A Questão Agrária. Flama S.A. p. 72
47 - BURSZTYN, Marcel, opus cit., p. 140.

DOCUMENTOS E BIBLIOGRAFIA

A) DOCUMENTOS:

- 01 - Certidão de Indenização das Terras do aude do Bartolomeu
I.
- 02 - Relatório da CPT sobre a Questão de Bonito de Santa Fé
- 03 - BRASIL - SUDENE
Programa especial de apoio ao desenvolvimento da região
semi-árido do Nordeste - Projeto Sertanejo. Programa
anual de trabalho, Recife, SUDENE, DAA, 1980.
- 04 - Notas a Imprensa e a Comunidade em Geral em:
11/07/1991
06/07/1991
14/10/1991
15/09/1991

B) JORNAIS E REVISTAS:

1. Jornal o Norte: 18/09/1989
05/10/1989
05/11/1989
2. Jornal Correio da Paraíba: 24/10/1989
28/10/1989
04/11/1989
3. Jornal Mandacaru, da Igreja de Base no Nordeste Nº 3. 1991

C) REVISTAS:

1. ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária - Reforma Agrária Já.
2. PAX CHRISTI INTERNACIONAL, Conflitos de Terra no Brasil, Amers Bélgica, 1988
3. FURTADO, Celso. Freire, Gilberto ^Jin. Revista Ciência Hoje, Especial Nordeste Vol. 3 Nº 18 maio/junho. 1985.

BIBLIOGRAFIA

01. ANDRADE, Manuel Correia, A Terra e o Homem do Nordeste, 5 ed. São Paulo. Atlas - 1986.

02. ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus Problemas, 3 ed. João Pessoa.. União, 1980
03. AGUIAR, Pinto de. Nordeste: O Drama das Secas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
04. ANDRADE, Lopes de, Oligarquias, Secas e Açudagem. João Pessoa, Universitária/UFPB, 1980
05. BURSZTYN, Marcel, O Poder dos Donos, 2 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1985
06. BASTOS, Elide Rugai. A Mobilização Camponesa do Nordeste, 1954/1964. In: Tavares, José Vicente (Org.) etolli Revoluções Camponesas na América Latina, São Paulo, Icone, 1985
07. CASTRO, Marcos de. 64: Conflitos X Estado. Petrópolis-RJ. Vozes. 19984
08. DINIZ, Ariosvaldo da Silva, Movimentos Sociais no Meio Rural Nordestino: A Questão dos Saques. Mimeografado
09. FREIRE, Marcos. Em Defesa do Homem e do Meio, Vol. II, Brasília, Gráfico do Senado Federal, 1980.
10. FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar. A Seca do Nordeste: Um Falso Problema. Petrópolis-RJ, Vozes, 1989.
11. GARCIA, Carlos. O Que é Nordeste Brasileiro. 8 ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.
12. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latinfúndio, 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981
13. JATOBA, Jorge. Política de Emprego para o Nordeste, Recife, Massagana, 1985.

14. JUNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1987
15. JUNIOR, Caio Prado. A Questão Agrária, 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
16. KAUTSKY K. A Questão Agrária, São Paulo Flama, 1989 - Vol. IV. Série Pensamento e Ação.
17. LUCENA, Humberto Coutinho de. O Desafio das Oposições II, Brasília, gráfico do Senado Federal, 1984.
18. MORIZ, Edmundo Canudos: A Luta pela Terra. 5 ed. São Paulo, Global, 1984.
19. MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. 2 ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 1983.
20. OLIVEIRA, Ariosvaldo V. De. A Geografia das Lutas no Campo, 2 ed. São Paulo, Contexto, 1989. Coleção Refazendo a Geografia.
21. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Religião. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1981.
22. SOUZA, Simone de. (Org.) et alii. História do Ceará. Universidade Federal do Ceará (Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza Stylus Comunicação 1989.
23. SILVA, José Graziano da. O Que é Questão Agrária, 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1983. Coleção Primeiros Passos
24. SZM'RESCSÁNYI, Tomas. Pequena História da Agricultura no Brasil. São Paulo, Contexto 1990.

ANEXOS

Famílias despejadas ainda estão abrigadas no Incra

O NORTE
15/09/89

Das 250 famílias de agricultores de Bonito de Santa Fé pertencentes ao Grupo de Movimento Nacional dos Sem Terras, 35 estão desde segunda-feira abrigadas no Incra.

Os agricultores que ocuparam a propriedade Maniçoba pertencentes a 4 herdeiros afirmam que a área é de propriedade do governo do estado e que esperam o encaiminhamento do processo através do governador Tarcísio Burity para tomarem conta da terra.

O superintendente do Incra José Costa admitiu que essa área que está sendo reivindicada pelos agricultores, já teria sido indenizada pelo governo aos proprietários e que agora os donos despejaram os agricultores. Ele disse que o problema é afeto da Fundap mas que em virtude do pessoal estarem em greve o Incra está promovendo a assistência a esses trabalhadores colaborando no sentido de demarcar a área que vai ser distribuída aos trabalhadores. "O que acontece é que foi expedida uma liminar pelo juiz dando ganho de causa aos proprietários e as autoridades disseram que só irão suspender a medida se o governo demarcar a área.

A articuladora do movimento da Comissão Pastoral da Terra Verônica Socorro Gouveia revelou que os agri-



Cerca de 35 famílias estão desde a última segunda-feira na sede do Incra em João Pessoa, após serem despejadas

cultores so irão embora quando tudo ficar resolvido. Isso é quando a Fundap for na frente e entregar a terra ao povo.

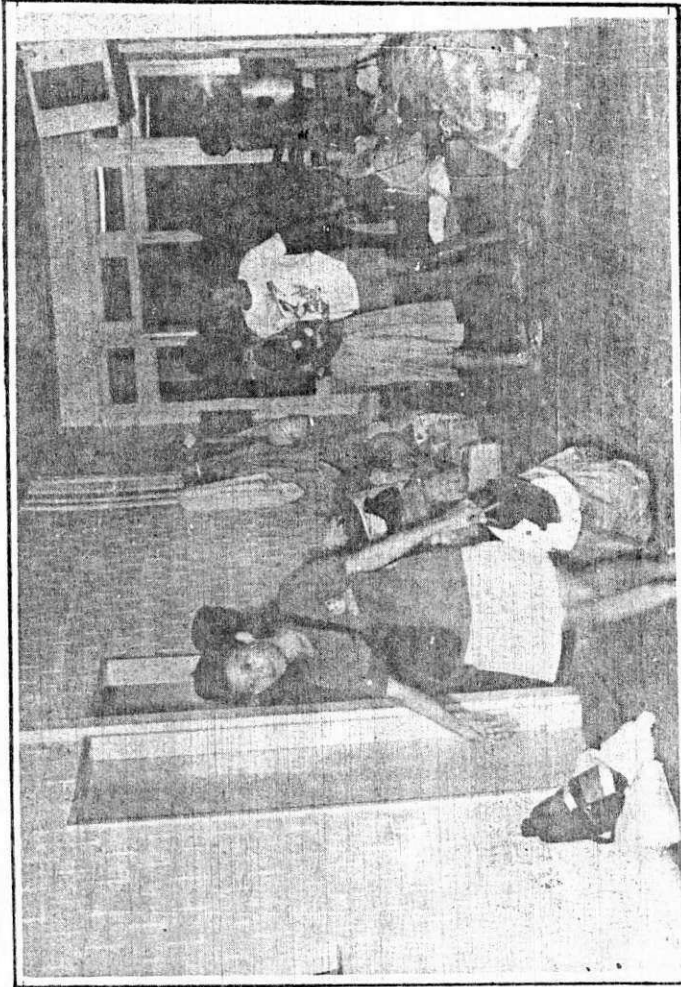
Ela explicou que já ocorreram 3 reniões nesse sentido mas que até agora só fizeram enrolar os agricultores. "Desde 1986 Wilson Braga pagou por essas terras. E desde janeiro fizeram contato com o governador Tarcísio Burity através de cartas, telegramas e estão

esperando a solução.

Veronica Gouveia explicou que na quinta-feira passada esses agricultores foram expulsos da propriedade pela polícia a tiros. Correram para a Igreja e o padre não aceitou abrigá-los. Foram até o Prefeito que também não deu apoio. Pediram ajuda a Câmara de Vereadores, o vereador Cleodon, resolveu apoiá-los nessa luta. Prosseguindo a lider do

movimento disse: "Eles já foram despejados de lá pela quarta vez. Estão aqui reunidos esperando apenas a presença do presidente da Fundap para as providências de praxe. Por enquanto o que os agricultores têm de concreto é um carro com combustível e um técnico oferecido pelo presidente do Incra para acompanhar a Fundap, afirmou a coordenadora do CPT.

Agricultores querem demarcação



Famílias de trabalhadores rurais continuam acampadas no Incra-PB

Os trabalhadores rurais do Açude do Bartolomeu I, em Bonito de Santa Fé, Sertão da Paraíba, que estão acampados, há sete dias, na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, no Bairro dos Estados, em João Pessoa, disseram, ontem, que só voltarão às suas terras, quando o Governo do Estadual fizer a demarcação, que está prometida para amanhã.

A decisão dos trabalhadores rurais foi divulgada através de nota oficial, que segue, na íntegra:

"Nós, posseiros do Açude Bartolomeu I, situado no município Bonito de Santa Fé, queremos esclarecer à comunidade em geral as razões do nosso movimento e o que nos levou a ocupar as dependências do Incra.

- As terras do Açude Bartolomeu I foram compradas e pagas pelo Estado em 1986. A gente, sendo 25 famílias, já morava e trabalhava nestas terras há mais de 20 anos e é de lá que ainda tiramos o nosso sustento.

- Os ex-proprietários, aproveitando-se da omissão do Governo Estadual, que não demarcou as terras, continuaram a nos cobrar renda. Não se conformando com isso, eles exigiram a nossa expulsão, no que foram atendidos pelo Juiz da Comarca, dr. José Djacyr

Soares Alves, que concedeu liminar de manutenção de posse aos ex-proprietários, mesmo ciente que as terras já haviam sido indenizadas pelo Estado.

- A partir desta liminar, nós fomos atacados pelos capangas do fazendeiro **Zé Pereira** e depois fomos expulsos pela polícia, indo parar na Câmara dos Vereadores, de onde fomos expulsos, indo parar na prefeitura municipal, de onde também fomos expulsos, indo dormir na calçada da Igreja.

- Não tendo mais para onde ir e não aceitando as injustiças cometidas, nós trabalhadores, reunidos no dia 10/09/89, decidimos viajar até João Pessoa e acampar na sede do Incra, com o objetivo de pressionar as autoridades competentes para demarcar as terras já indenizadas pelo Estado e derrubar a liminar a favor dos ex-proprietários.

Na terça-feira, tivemos uma reunião com o diretor do Incra, José Costa, que se comprometeu a dar o trabalho técnico, transporte e combustível para ajudar na demarcação das terras, porém, faltava uma decisão do Governo Estadual em demarcar as terras pertencentes ao Estado.

- Nós exigimos a presença do presidente da Fundap, Francisco Moraes, para que esta decisão pudesse ser tomada. Foi encaminhada uma visita aos órgãos do Estado para saber de quem era a competência da demarcação. Na Suplan, estavam o mapa e toda documentação. O superintendente, dr. Marivaldo, se comprometeu em realizar a demarcação das terras do Estado na 3ª feira, dia 19/09. Em seguida fomos para a Procuradoria Geral do Estado, onde o dr. José Souto prometeu entrar em contato com o juiz de Bonito de Santa Fé a respeito da liminar que favorece os ex-proprietários.

- Na presença das autoridades do Incra, Fundap e Suplan, decidimos que só sairemos do Incra após a demarcação das terras. Sairemos diretamente para as terras a fim de prepará-las para o plantio, já que a Casa Civil nos garante um ônibus para voltar.

Mesmo tendo recebido gordas quantias, os ex-proprietários tentam ficar com as terras que nos temos direito. Só através da organização de nós, trabalhadores, com ajuda de outras comunidades, é que o Governo do Estado começa a assumir a sua responsabilidade diante do conflito do Açude Bartolomeu I."

O MDRTE
18/10/89

Agricultores continuam na sede do Incra esperando uma solução

As 35 famílias de agricultores moradores da Fazenda Manjôba, em Bonito de Santa Fé, pertencentes ao Grupo do Movimento Nacional dos Sem-Terras, continuam abrigados na sede do Incra aqui em João Pessoa, esperando o encaminhamento do processo através do Governador Tarcísio Buritry, para tomarem conta da terra. Eles já foram despejados quatro vezes da propriedade e a última vez que isso ocorreu foi na quarta-feira passada, quando foram expulsos a tiros.

Para o Superintendente Substituto do Incra, Caetano Correia Lima, o Governo desapropriou essa área e não fez a demarcação. Isso era feito anteriormente pela Secretaria de Recursos Hídricos, mas ela não estabeleceu o local que foi comprado pelo Governo, aos antigos proprietários e os posseiros ocupam justamente a área que não foi tomada pelas águas. Os antigos proprietários criaram esta polêmica porque se acham donos da área seca, justificando que por isso é que entraram com a ação de despejo contra os posseiros.

O Governo garantiu que a área seca é de sua propriedade. Antigamente os posseiros pagavam para



35 famílias de agricultores da fazenda Manjôba, esperam encaminhamento do processo

os ex-proprietários o toro de uso da terra, mas com essa garantia, acharam por bem não mais pagar, pois logo após a desapropriação a área estava pertencendo ao Governo e imaginaram que futuramente seriam assentados no local pelo próprio Governo.

Após a expulsão, como alguns

posseiros afirmaram, eles recorreram a diversas entidades da região, como a Prefeitura e a Igreja, mas não conseguiram o apoio devido, diante desta falta, eles compreenderam que deveriam se dirigir a sede da Superintendência do Incra em João Pessoa e que só aqui se resolveria o problema.

Anteontem os posseiros tiveram um encontro com o superintendente do Incra, José Costa, que achou por bem participar das negociações como mediador junto a Suplan, Fetag e Fundap órgãos ligados a questões de demarcação de terras e outros projetos. José Costa entrou em contato com o Superintendente da Suplan, Francisco Moraes e juntos se dirigiram à Secretaria da Agricultura, e o Secretário Carlos Dunga assumiu o compromisso, diante deles, que iria deslocar uma equipe para resolver o problema.

“José Costa ofereceu meios de transportar os técnicos desses órgãos, para que o trabalho seja feito, como ceder viaturas e combustível para que eles se desloquem até a região. “O Incra não pode interferir, pois somos um órgão apenas de reforma agrária e de acordo com normas, posseiros ou qualquer grupo de pessoas não podem ficar acampados em estabelecimentos públicos, mas nós não usáramos de força, ou de outros meios, para tirá-los daqui, então tentamos mediar a questão para resolver o problema”, disse Caetano Correia.

O NORTE - 23/09/89



Os agricultores continuam acampados na sede do Incra em João Pessoa

Agricultores acampados no Incra esperam por solução

Os trabalhadores rurais do Açude Bartolomeu I, em Bonito de Santa Fé, no Sertão da Paraíba, já estão acampados há treze dias na Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, no Bairro dos Estados, aqui em João Pessoa, esperando uma definição dos órgãos governamentais envolvidos com a Secretaria de Agricultura do Estado, para que sejam resolvidos os problemas da demarcação das terras em volta do açude, área esta que está causando atritos entre os agricultores e os antigos proprietários.

De acordo com o delegado regional do Incra na Paraíba, José Costa, os posseiros já sabem que a questão criada foi causada em função de uma indefinição quanto ao título de domínio da área que margeia o açude Bartolomeu I, que para eles é de propriedade do Governo do Estado.

Segundo José Gomes, os trabalhadores dão informações que a área em que eles estão situados e utilizando para suas culturas, é de propriedade do Governo do Estado. Os posseiros alegam que toda a área que contorna o Açude Bartolomeu I, conhecida por eles como área seca, não é mais de propriedade dos antigos proprietários, pois o Governo ao adquirir a área para a construção do açude, pagou por esse setor.

Por outro lado, afirma José Gomes, está existindo uma contro-

opinião dos posseiros, assegurando que a área que o Governo pagou na época da construção do açude, foi só a área em que hoje está debaixo d'água, por isso eles entraram na Justiça", disse.

"Eles estão exingindo a demarcação", continuou José Gomes, "porque eles entendem que a partir da demarcação ficaria comprovada que a área seria do Governo do Estado, então eles teriam condições de retornarem para a área que estavam e da qual foram expulsos pelos antigos proprietários, inclusive com o apoio de uma liminar do juiz", afirmou.

"Quando estive visitando a área", continuou José Gomes, "prometi aos posseiros que nós iríamos fazer um apelo junto a Fundap, para que fosse tomada a iniciativa de demarcar a área. Essa decisão não pôde ser posta em prática, porque os funcionários da Fundap estavam em greve e o órgão está sem recursos para cobrir as despesas da demarcação".

Depois de uma análise junto aos órgãos, Incra, Fundap, Suplan e Paraiban, se verificou que este problema é de competência da Suplan, porque na época da construção do açude este órgão foi que administrou a obra. A Suplan aceitou a proposta de assumir a demarcação e a partir de anteontem, foi deslocada uma equipe para Bonito de Santa Fé e provavelmente hoje eles começarão a demarcação. Espera-se que com a demarcação os posseiros

Rurícolas continuam acampados no Incra

Como ainda não foi apresentada uma proposta para a solução de seu problema, os agricultores moradores da Fazenda Maniçoba, em Bonito de Santa Fé, continuam alojados na sede do Incra. Há 15 dias estão no Incra e aguardam o encaminhamento do governador Tarcísio Burity para tomarem posse da terra.

Segundo o Superintendente Substituto, Caetano Correa Lima, não é de responsabilidade do Incra a invasão de terras ocupadas pelos agricultores de Maniçoba, mas sim do governo do Estado. A área ocupada por eles foi adquirida pelo Governador Tarcísio Burity para construção do Açude Bartolomeu, no Município de Bonito de Santa Fé. O pagamento foi efetuado aos proprietários, porém não foi processada a demarcação da área. Os proprietários alegam que a área comprada pelo Estado, se restringe a parte submersa, onde está localizado o açude, considerando as áreas secas como sendo suas. Por isso eles expulsaram os posseiros.

Na tentativa de contornar o problema, o Superintendente do Incra José Costa, serviu de intermediário para que fosse providenciada a demarcação da área, junto à SUPLAN, FETAG e FUNDAP, órgãos ligados à demarcação e assentamento de terras. Dr. Marivaldo do SUPLAN determi-

nou a ida de uma equipe de topógrafos para a região de conflito, que já iniciou a demarcação. Só após o levantamento da verdadeira área adquirida é que o governo deverá tomar uma providência no sentido de não deixá-los sem espaço para desenvolver suas atividades agrícolas, disse Caetano Correa Lima. Afirmou ainda que o Incra não pode interferir, pois é um órgão de reforma agrária e de acordo com as normas, posseiros ou qualquer grupo de pessoas não podem ficar acampados em estabelecimentos públicos, mas não usariam da força para tirá-los, e na medida do possível tentarão mediar a questão para resolver o problema.

Existem várias áreas em processo de desapropriação no Estado, como Fazendinha e Gurugi onde faltam apenas para emissão de posse os recursos TDA (Título de Dívida Agrária) para o pagamento do VTN, e recursos em espécie para indenização das benfeitorias. Já áreas como Vazante, Subauma e Retirada, dependem ainda de uma decisão judicial. O maior obstáculo enfrentado pelo Incra para a demarcação efetiva das terras, é quando o proprietário recorre na justiça, querendo reavê-la, isso faz com que o processo já iniciado fique totalmente paralisado, informou o superintendente substituto.

O NORTE

26 de setembro de 1989



As famílias da fazenda Maniçoba ainda permanecem acampadas no Incra

Agricultores alojados no Incra esperam uma solução

Os agricultores do Açude do Bartolomeu, no município de Bonito de Santa Fé, que encontram-se alojados há mais de 20 dias na sede do Incra, em João Pessoa, continuam a espera de que seja definido o problema das terras em que cultivavam gêneros alimentícios para o sustento. Para a solução do impasse a competência ficou a cargo da Superintendência de Planejamento do Estado, uma vez que na época da construção do açude, este órgão administrou as obras. O superintendente, Marivaldo Bezerra enviou topógrafos ao local para realizarem os trabalhos de demarcação. Ele garantiu aos agricultores que teria

uma resposta definitiva para os trabalhadores até sexta-feira próxima.

O problema foi gerado, após a compra das terras pelo Governo, que tinha a intenção de construir o Açude do Bartolomeu no local. Os posseiros entenderam então que a área tinha passado a pertencer totalmente ao Estado, e voltaram a invadi-la. Negaram-se também a pagar o foro exigido pelos proprietários, que entraram com ação na Justiça a fim de conseguir expulsá-los das terras. Os proprietários com ganho de causa e ajuda da Polícia local expulsaram os trabalhadores, que vieram a João Pessoa em busca de soluções.

Situação é de dificuldade

Ao todo são 35 famílias de agricultores que estão abrigadas na sede do Incra, entre homens, mulheres e crianças. O bebê mais novo entre as crianças, tem apenas sete meses de idade. Eles vieram a João Pessoa, reivindicar dos órgãos oficiais o direito a propriedade das terras que cultivam, em área próxima ao Açude de Bartolomeu, em Bonito de Santa Fé.

Os agricultores estão vivendo em condições precárias, uma vez que a sede do Incra não possibilita uma estadia decente. Os homens dormem ao relento, no pátio do órgão, expostos a chuva, vento frio e calor excessivo. As mulheres e crianças tiveram uma melhor "sorte" e encontram-se alojadas em uma das salas do órgão. Não há problema de alimentação para eles, uma vez que nesta hora de difícil situação, puderam contar com a ajuda de vários agricultores, que já estiveram em situação se-

melhante, lutando pela posse das terras. A comida, portanto, advém de áreas como Curuji e Fazendinha, cujas terras são de propriedade de ex-posseiros.

Eles recebem ajuda também de várias entidades, como a Comissão Pastoral da Terra, e comunidades vizinhas a sede do Incra, que ficam localizadas no Bairro dos Estados. Segundo Socorro Gouveia, membro da CPT do Sertão, as áreas já conquistadas pelos agricultores estão dando total apoio para os que aqui estão alojados. Não só na alimentação, mas efetuando visitas de apoio a luta dos trabalhadores.

Já Maria do Socorro, esposa de um dos agricultores, disse que ela não tem o que reclamar, pois apesar da espera e do desconforto, existe a esperança de conseguirem a propriedade das terras, para que sejam garantidos os sustentos dos posseiros e dos seus familiares.

O NORTE 05/11/89



As famílias dos agricultores estão alojadas no Incra há mais de 20 dias

Camponeses ainda ocupam o Incra

Ontem, completaram-se 28 dias - quase um mês, portanto - que os trabalhadores rurais do açude do Bartolomeu, do município de Bonito de Santa Fé, encontram-se alojados na sede do Incra, em João Pessoa, local que foi por eles invadido a fim de que o Governo federal, ou, se possível, o Governo estadual, resolva o problema da desapropriação de suas terras, que foram retomadas por antigos proprietários, criando-se uma nova área de conflito rural na Paraíba.

Uma resposta definitiva sobre os direitos desses trabalhadores deveria ter sido dada na quinta-feira passada, mas nada disto aconteceu. Eles agora dependem de um levantamento topográfico que pode demorar ainda uns dias. (Página 8).



Os corredores do Incra, sob ocupação

Posseiros exigem demarcação e continuam acampados no Incra

Uma comissão de posseiros das terras desapropriadas pelo Estado, no açude Bartolomeu I, localizado em Bonito de Santa Fé, juntamente com o presidente da CUT da Paraíba, José Raimundo, esteve ontem na redação do CORREIO a fim de explicar que continuarão no Incra até que seja feita a demarcação das terras, das 30 famílias que moravam naquelas propriedades muito antes da desapropriação feita pelo Governo do Estado.

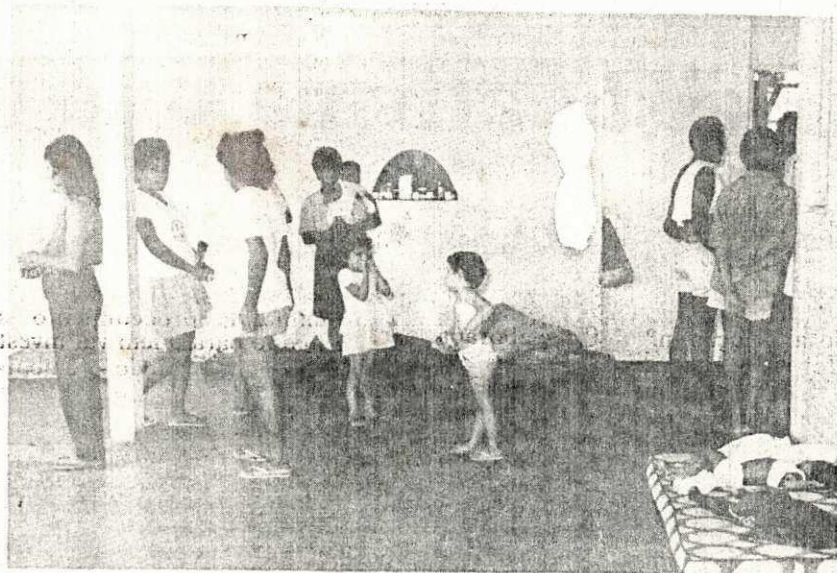
O problema, segundo os representantes dos posseiros do Açude Bartolomeu I, é que no dia 22 de fevereiro de 1986, o governo resolveu desapropriar 330,5 ha. de terras para a construção do açude para fins e utilidade pública. Para realizar o projeto, o Governo indenizou 23 proprietários com di-

neiro, mas até o momento, conforme os representantes dos posseiros, não foi cumprida a promessa do Governo de fazer o assentamento das famílias nas áreas desapropriadas e hoje 30 famílias que moravam ali encontram-se expulsas das terras onde moravam há até 20 anos, pelos ex-proprietários, através de uma liminar concedida pelo então juiz Djacir Soares Alves.

Por conta de toda essa questão, os representantes dos posseiros vieram a redação do jornal com o objetivo de que o Governo encontre uma solução imediata para o problema, uma vez que o único vereador que vem dando apoio a classe de posseiros, Cleodon de Souza Bezerra, no dia 13 passado foi vítima da agressão à socos e pontapés, desferidos pelo advogado e vereador Júlio Pereira

de Souza, defensor dos ex-proprietários. Os posseiros das terras desapropriadas do açude Bartolomeu I, deixaram bem claro para as autoridades que só sairão do Incra onde estão acampados, com a demarcação das terras em Bonito de Santa Fé.

De acordo com o presidente da CUT na Paraíba, José Raimundo, "a entidade presta total apoio as famílias de posseiros que lutam pela posse da terra e repudia a atitude de violência contra o vereador Cleodon de Souza. Ele disse ainda, que a CUT responsabiliza o Governo do Estado pela morosidade na solução dos problemas, pois é competência do Governo viabilizar a solução para o litígio do açude Bartolomeu I uma vez que a questão toge da açada do Governo Federal", concluiu o presidente da CUT.



Os agricultores acampados no Incra continuam esperando uma solução

Agricultores acampados no Incra sabem terça se vão retornar à fazenda

Os trabalhadores rurais do Açude do Bartolomeu, no município de Bonito de Santa Fé, que há 28 dias encontram-se alojados na sede do Incra, em João Pessoa, reuniram-se na última quinta-feira com o Superintendente da Suplan, Marivaldo Bezerra, que lhes tinha prometido dar uma resposta definitiva, sobre a questão das terras. Marivaldo não lhes deu uma resposta positiva, uma vez que os topógrafos, que estavam efetuando o levantamento na área, concluíram apenas a metade dos trabalhos. No entanto, ele solicitou que os trabalhadores se dirigissem à seção de levantamentos topográficos do órgão, para se informarem do levantamento.

Os topógrafos relataram, então, que necessitariam de mais 15 dias para concluírem os trabalhos de topografia na área, e mais 15 dias para realizarem a identificação nas áreas desapropriadas. Durante este impasse, o presidente substituto do Incra, Caetano Correia Lima, que acompanhou o desenrolar da reunião, encaminhou os trabalhadores para voltarem a Suplan, junto com ele, onde expuseram a Marivaldo a conclusão dos topógrafos.

Marivaldo Bezerra determinou então que os topógrafos realizassem um levantamento da área já trabalhada, para identificarem se estas são áreas secas

ou submersas, a fim de que fossem identificadas as que serão desapropriadas. Ele ressaltou, inclusive, que os topógrafos teriam que trabalhar ontem e hoje, para que na próxima terça-feira tivessem uma resposta final, desta área já levantada, para que os trabalhadores pudessem retornar ao seu local de trabalho e moradia.

Na terça-feira, portanto, de posse desse relatório dos topógrafos, Marivaldo Bezerra irá encaminhá-lo a Fundap, para que sejam tomadas as medidas cabíveis, uma vez que este órgão estadual é responsável pela parte do parcelamento e assentamento das áreas adquiridas pelo Governo. Se este órgão definir que as áreas secas, constantes no levantamento dos topógrafos, são de propriedade do Governo, então os agricultores poderão retornar para o Açude do Bartolomeu. Caso contrário, se as terras realmente forem de propriedade dos proprietários locais, eles estarão sem ter onde morar e trabalhar.

Caetano Correia Lima frisou, no entanto, que se a solução for negativa para os agricultores, acredita que o Governo do Estado, que sempre foi sensível aos problemas dos trabalhadores rurais, agrários do Estado, irá adquirir outras áreas, para que os agricultores não fiquem desamparados.